



Consertos e manutenções



Notificação

Quebrou ou precisa
instalar algo em casa?
20% OFF



É pra quem precisa.
É pra todo mundo.

Baixe o app e fale com seu Corretor.

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido das atividades operacionais	788.923	(5.071)	109.824	219.721
Caixa gerado nas operações	110.966	1.875	328.070	333.755
Lucro líquido do exercício	226.540	175.263	263.801	221.200
Equivalência patrimonial	(172.277)	(205.913)	—	—
Perda por redução ao valor recuperável	(191)	—	872	17.869
Depreciações e amortizações	32.482	32.525	58.415	85.978
Provisões judiciais	24.412	—	4.982	8.708
Variação nos ativos e passivos	683.975	(4.798)	(35.963)	71.122
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(17.957)	(1.540)	(8.281)	102.441
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	(245.068)	(34.859)	(23.235)	(201.613)
Recebíveis de prestação de serviços	(471.183)	—	(44.848)	(96.275)
Impostos e contribuições a recuperar	(30.176)	(401)	(9.673)	(9.588)
Custos de aquisição diferidos	(47.217)	—	(3.785)	(10.740)
Outros ativos	932.278	29.193	25.658	35.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.340)	—	(6.045)	22.500
Depósitos judiciais	(771)	—	(145)	103
Ativo de direito de uso	(2.484)	—	(106)	(704)
Obrigações a pagar	218.547	(1.770)	(3.791)	50.003
Passivos financeiros	184.303	1.828	6.637	17.895
Impostos e contribuições a recolher	51.438	435	99.970	87.701
Receitas diferidas	95.014	—	4.703	23.130
Passivo de arrendamento	2.509	—	(55)	708
Provisões judiciais	—	—	(5.845)	(1.997)
Outros passivos	63.082	2.316	(64.212)	51.897
Outros	(6.018)	(2.148)	(182.283)	(185.156)
Juros sobre captação de recursos pagos	—	(1.828)	—	(67.044)
Outros resultados abrangentes	—	—	37.092	80
Participação dos acionistas não controladores	—	—	(131.865)	(33.886)
Imposto de renda e contribuição pagos	(6.018)	(320)	(87.510)	(84.306)
Caixa líquido das atividades de investimento	(488.145)	107.468	(36.107)	(21.394)
Dividendos recebidos	165.696	139.993	—	—
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.948)	—	(17.948)	(19.634)
Alienação/Incorporação de imobilizado e intangível	(635.893)	(32.525)	(18.159)	(1.760)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(261.680)	(100.171)	(68.913)	(218.933)
Dividendos pagos	(261.680)	(85.671)	(261.680)	(85.671)
Captação de empréstimos e arrendamentos	—	—	196.206	167.000
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	—	(14.500)	(3.439)	(300.262)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	39.098	2.226	4.804	(20.606)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.226	—	36.557	57.163
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	41.324	2.226	41.361	36.557

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	438.505	—	2.561.723	2.491.820
Receita de prestação de serviços	438.314	—	2.562.595	2.509.689
Perda por redução ao valor recuperável	191	—	(872)	(17.869)
Receita operacional	438.505	—	2.561.723	2.491.820
Insumos adquiridos de terceiros	(286.271)	(453)	(1.725.438)	(1.637.248)
Materiais, energia e outros	(2.207)	—	(131.636)	(177.366)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	(236.118)	—	(1.395.760)	(1.268.294)
Serviços de terceiros e comissões..	(47.946)	(453)	(198.029)	(191.809)
(Perda)/recuperação de valores ativos	—	—	(12)	221
Valor adicionado bruto	152.235	(453)	836.285	854.572
Depreciação e amortização	(32.482)	(32.525)	(58.415)	(85.978)
Valor adicionado líquido produzido	119.752	(32.978)	777.870	768.594
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	175.521	209.419	9.272	(2.298)
Resultado financeiro	13.066	5.334	41.800	36.520
Equivalência patrimonial	172.277	205.913	—	—
Outras	(9.822)	(1.828)	(32.528)	(38.818)
Valor adicionado total a distribuir	295.273	176.441	787.143	766.296
Distribuição do valor adicionado	295.273	176.441	787.143	766.296
Pessoal	25.782	—	135.495	136.005
Remuneração direta	10.438	—	52.487	55.862
Benefícios	14.724	—	79.772	75.528
F.G.T.S	620	—	3.235	4.615
Impostos, taxas e contribuições	42.838	1.178	387.474	408.599
Federais	38.011	1.178	358.292	379.410
Estaduais	—	—	36	158
Municipais	4.827	—	29.145	29.031
Remuneração de capitais de terceiros	113	—	374	492
Juros	13	—	74	54
Aluguéis	100	—	300	438
Remuneração de capitais próprios	226.540	175.263	263.801	221.200
Lucros retidos do exercício	226.540	100.263	226.540	100.263
Participações dos não controladores nos lucros retidos	—	—	37.261	45.937

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, mas sem ações em circulação no mercado, sediada na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, conjuntos 501 a 516, Edifício West Tower, Torre 1, Barueri/SP. Tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades ou entidades; (ii) a compra e venda de participações societárias em entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior; e (iii) a prestação de serviços de assistências e outros serviços, de qualquer natureza, bem como atividades relacionadas, acessórias, e/ou complementares a qualquer das atividades descritas em seu objeto social; (iv) entre outras.

A Porto Serviço S.A., constituída em 12 de julho de 2023, integra o Grupo Porto que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Financeira, Serviços e Outros Negócios. A Companhia está inserida na vertical Serviços. Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

A Companhia possui as seguintes participações:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024		
Classificação	Consolidada	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta	
Porto Assistência Participações (i)	Controlada	Integral	—	81,6
Unigás	Controlada	Integral	100,0	—
CDF (i)	Controlada	Integral	—	0,0
(Vide nota explicativa 1.1)				81,6

As características da empresa estão demonstradas abaixo:

- Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

1.1.1 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA - INCORPORAÇÃO CONTROLADAS

Em 31 de outubro de 2025, conforme informado nos fatos relevantes de 09 de outubro de 2025 e de 31 de outubro de 2025, a Porto Serviço incorporou suas controladas CDF e Porto Assistência Participações. O objetivo foi simplificar a estrutura e integrar as atividades de assistência.

A operação resultou em um aumento de capital de R\$ 46.399 para a Porto Serviço e na emissão de 140.531.050 de novas ações e em um impacto de R\$ 17.723 em reservas (capital e lucros) decorrente da absorção da participação (18,4%) em que a Companhia não detinha o controle anterior à transação.

As novas ações emitidas pela Companhia foram atribuídas aos acionistas da Porto Assistência Participações em substituição às ações da Porto Assistência Participações, que foram extintas em decorrência dessa incorporação, observada a relação de substituição e demais regras previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação enviado à CVM em 09 de outubro de 2025. As novas ações emitidas pela Companhia foram integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas.

Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência Participações				
</				

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(I) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(II) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT" - RECEBÍVEIS)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliodos ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aquelas com vida útil definida são amortizadas pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tinha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistos periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade,

e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4.1 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iii) da realização dos tributos diferidos; e
- (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

A definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 98,0% (95,8% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

No carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base as projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelec

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos				
LTNs	201.903	12.830	202.372	94.720
NTNs - B.....	78.019	22.029	78.201	162.623
Debêntures.....	5	-	5	-
Total	279.927	34.859	280.578	257.343
Circulante	44.539	-	44.643	-
Não circulante	235.388	34.859	235.935	257.343

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 277.299 (R\$ 244.811 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	36.399	-	268.688	169.515
Incorporação	325.381	-	-	-
Aplicações	287.463	89.236	1.740.718	2.372.641
Resgates	(356.517)	(58.171)	(1.740.883)	(2.302.963)
Rendimentos	6.698	5.334	31.681	29.495
Saldo final	299.424	36.399	300.204	268.688

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa.....	14,88	12,13		
Fundos exclusivos				
LTN	13,42	12,77		
NTNs B - IPCA	6,23	5,76		
Debêntures (DI+).	1,77	1,92		

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
Notas fiscais de prestação de serviço	408.695	409.033	356.554	
Valores a receber de parceiros varejistas	109.529	109.529	118.629	
Total	518.224	540.904	484.842	

Perda por redução ao valor recuperável dos ativos

(dos ativos (46.850) (47.188) (35.102) 471.374 493.716 449.740

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
A vencer	452.285	473.481	345.147	
Vencidos de 1 a 30 dias	15.752	15.864	60.139	
Vencidos de 31 a 60 dias	3.157	3.509	28.922	
Vencidos de 61 a 90 dias	180	862	15.153	
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	166	
Vencidos 121 a 180 dias	-	-	70	
Vencidos 181 a 365 dias	-	-	143	
Total	471.374	493.716	449.740	

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
IRPJ.....	15.035	401	15.664	11.551
PIS e COFINS	9.400	-	11.037	6.734
CSLL	1.960	-	2.203	3.237
ISS	1.272	-	1.617	1.272
Outros	2.910	-	4.856	2.910
Total	30.577	401	35.377	25.704

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	22.452	17	22.752	19.341
INSS e FGTS	6.805	-	8.124	4.202
ISS	5.608	-	7.364	5.109
IRPJ	6.816	72	6.816	4.424
CSLL	2.661	26	2.661	1.918
IRRF	1.092	-	723	-
Outros	101	-	119	1.105
Total	45.535	115	48.559	36.099

11.3 IMPOSTO DIFERIDOS

	Controladora	Consolidado		
	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.882	2.622	(18.504)	-
Diferenças temporárias correntes de				
Provisão para riscos de créditos	8.323	11.512	(18.701)	1.134
Provisão de participação de lucros	7.005	33.624	(25.545)	15.084
Provisão sobre processos judiciais - civis e trabalhistas	7.297	14.276	(13.852)	7.721
Provisão para obrigações legais	358	1.965	(1.913)	410
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	-	2.075	(2.053)	22
IRPJ e CSLL sobre amortização de malha	-	32.928	(4.249)	28.679
Outras provisões	8.439	11.680	(16.544)	3.575
Total	47.304	110.682	(101.361)	56.625
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(4.683)		(7.959)	42.621
(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados per empresa				48.666

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	Total
Saldo a ser realizado em...	20.029	3.725	2.855	169	152	126	112	29.457	56.625

(i) Vede nota explicativa nº

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Nota Comercial, empréstimos e financiamentos	183.568	194.419	-
Mútuo (i)	-	5.606	-
Passivos de arrendamento	735	735	1.356
Total	184.303	200.760	1.356
Circulante	84	16.541	222
Não circulante	184.219	184.219	1.134

(i) Vide nota explicativa nº 18.1 e 31.

18.1 FINANCIAMENTO, NOTA COMERCIAL E MÚTUO

	Empresa	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2025
	Porto			
Nota Comercial (i)	Serviços S.A.	abril de 2027	CDI + 1,053% ao ano	183.568
Financiamento	Unigás	junho de 2026	14,30% ao ano	10.851
Mútuo	Unigás	março de 2026	CDI + 1,25% ao ano	5.606
				200.025

(i) Realizada para aquisição das suas ações mantidas em tesouraria, conforme comunicado ao mercado em 01 de abril de 2025. Vide nota nº 22(e).

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos, debêntures e financiamentos	Nota Comercial	Mútuo	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024 ...	1.356	=	=	=	1.356
Incorporação	726	-	-	-	726
Aquisição/constituição	-	10.045	179.161	7.000	196.206
Atualização monetária	-	810	-	-	810
Juros	63	-	4.407	631	5.101
Liquidação/reversão	(1.410)	(4)	-	(2.025)	(3.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 ...	735	10.851	183.568	5.606	200.760

19. RECEITAS DIFERIDAS - CONSOLIDADO

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes e o diferimento da receita ocorre nos prazos abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
0 a 90 dias	37.496	31.636
91 a 120 dias	9.199	20.837
121 a 360 dias	39.102	23.257
Acima de 360 dias	9.217	14.581
Circulante	95.014	90.311
Não circulante	9.217	13.578

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação de lucros	64.630	-
Provisões de salários e férias	5.686	-
Benefícios pós emprego	5.265	-
Contas a pagar - Unigás (i)	2.811	2.184
Outros	-	297
Circulante	78.392	2.184
Não circulante	70.315	72.571
	8.077	2.184
	8.618	7.735

(i) Refere-se ao valor retido como garantia de eventual pagamento de quaisquer indenizações previstas em contrato de compra e venda, inclusive com relação a contingências, apurado e pago, se aplicável, a partir do terceiro aniversário da aquisição, outubro de 2026.

21. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

21.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	12.890	13.024
Trabalhistas	9.819	10.711
Fiscais	1.928	1.765
Depósitos judiciais (i)	24.637	25.500
Provisão líquida	23.871	24.954

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras. A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 22 meses.

21.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.765	10.711	13.024	25.500
Constituições	3.776	1.285	5.061	
Atualização monetária	162	58	(646)	(426)
Exito/reversões	-	(4.419)	(4.763)	(9.182)
Mudança de Estimativa	-	5.333	4.195	9.528
Pagamentos	-	(5.640)	(205)	(5.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.927	9.819	12.890	24.636
(-) Depósitos judiciais (i)	(608)	(158)	-	(766)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025	1.319	9.661	12.890	23.870
Quantidade de processos	2	123	54	179

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

21.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (i) e (ii)	48.731	3.082
Trabalhistas	13.615	12.277
Cíveis	4.695	5.859

As principais causas fiscais são:

(i) discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto Despachos Decisórios (PERDCOMP) com risco total estimado de R\$ 1.150;

(ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados, risco total estimado de R\$ 1.127.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 894.279 (R\$ 978.570 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 1.119.101.535 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (978.570.481 em 31 de dezembro de 2024).

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2025	46.399	140.531.054
28 de novembro de 2025	(130.690)	-

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Receitas		Despesas		
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	
Controladas diretas e indiretas					
Porto Cia.....	1.621.742	1.314.759	Porto Atendimento.....	(110.562)	(82.535)
Azul Seguros	323.593	435.681	Porto Cia.....	(114.675)	(104.849)
Itaú Auto e Residência	2.730	17.094	Porto S.A.....	(19.204)	(2.409)
Porto Capitalização	763	643	Portomed.....	(8.166)	-
Portoseg	769	622	Porto Saúde.....	(6.175)	(5.232)
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (i).....	474	3.716	Portoseg	(4.052)	(2.315)
Porto Vida e Previdência	6	-	Porto Serviços e Comércio.....	(824)	(447)
Porto Consórcio.....	-	10	Porto Seguro Gestora de Recursos	(277)	(554)
Porto S.A.....	-	1	Porto Capitalização	(20)	-
	1.950.161	1.772.526	Porto Asset Management.....	-	(50)
					(263.955) (198.391)
(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.					

31.1 TRANSAÇÃO COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, conforme demonstrado a seguir:

Controladora	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Consolidado de 2024
Participação nos lucros - administradores.....	(9.715)	(41.992)	(36.464)
Honorários e encargos	(1.085)	(1.085)	(1.183)

32. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antídilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

Dezembro de 2025	de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	226.540
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	1.001.992
Resultado por ação básico e diluído	0,2261
	0,1791

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

LENE ARAÚJO DE LIMA
Conselheiro

MATTEUS MARCHIORI
Conselheiro

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

CELSO DAMADI
Conselheiro

PATRÍCIA MARIA MURATORIA CALFAT
Conselheira

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor Executivo

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor Executivo de Relações com Investidores

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladora e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

TOMAS TRABULSI
Diretor Comercial

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da

Porto Serviço S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Serviço S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Reorganização societária - Incorporação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem sobre incorporação de suas controladas Porto Assistência Participações S.A. e CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de outubro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

Conforme Notas Explanatórias nº 1, 3.3, 3.9, 10 e 23 às demonstrações financeiras, a Companhia registra receita de prestação de serviço de assistência e outros serviços tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados no exercício.

Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida. Por essa razão e por sua relevância no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Otimizamos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço, dos processos de faturamento e contas a receber.

Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-supporte, como contratos, faturas e documentos de prestação de serviços.

Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes aos faturamentos realizados próximos da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita).

Nosso trabalho incluiu a análise da documentação-supporte principalmente quanto à prestação de serviços. Avaliamos também procedimentos analíticos para identificar variações significativas, tendência dos saldos e análises de exceções se encontradas. Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de prestação de serviços foram consistentes com a avaliação da Companhia e considerados na formação da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, se fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras